

É hora da escola! Será?

EDÍLIA COELHO GARCIA *

A educação constitui o setor fundamental para o progresso da sociedade brasileira, que deve ser considerada como a primeira prioridade do Estado brasileiro. Os governos federal, estaduais e municipais, por imposição constitucional, têm obrigação de dar educação a todos, particularmente aos carentes de recursos.

Se falta ao Poder Público a condição de oferecer escolas a todos, cabe ao setor privado, como sempre ocorreu, ter ação supletiva e criar escolas onde e quando elas forem necessárias. Além do mais, desde que o Brasil foi signatário da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", há de haver oferta de escolas de diferentes padrões, possibilitando ao pai o direito de escolher o tipo de escola que deseja para seus filhos, seja ela pública ou particular, profissional, leiga, profissionalizante, bilíngüe etc. Certamente o pai não abrirá mão é de que seja uma boa escola!

Deixadas de lado as discussões filosóficas e as paixões ideológicas, a educação no Brasil converteu-se, em poucos anos, de excelente em de má qualidade. Os governos que tinham obrigação de expandir e melhorar o ensino público, lamentavelmente, falharam. O ensino particular, em certos casos, infiltrado por aproveitadores e aventureiros gananciosos, levou todas as escolas, inclusive as tradicionais e comprovadamente boas, a serem punidas pelo governo, que as levaram a dificuldades de sobrevivência econômica através de inconseqüente tabelamento de mensalidade. Tabelamento que está levando as próprias autoridades à emissão de sucessivas Medidas Provisórias, na busca de soluções que corrijam o perigo de nivelar por baixo e obrigar escolas de alto padrão a pagar mal aos bons professores e a baixar o padrão e a qualidade dos serviços prestados.

Por outro lado, famílias de poucos recursos são forçadas a procurar escolas particulares, fugindo das escolas públicas que, na sua grande maioria, oferecem ensino de nível muito baixo. Isto porque os salários irrisórios pagos aos professores do ensino público afastam as melhores cabeças, as greves sucessivas prejudicam os alunos e corrigir todos esses desacertos desespera os administradores sérios — que sabem onde estão os problemas, mas, não têm como solucioná-los.

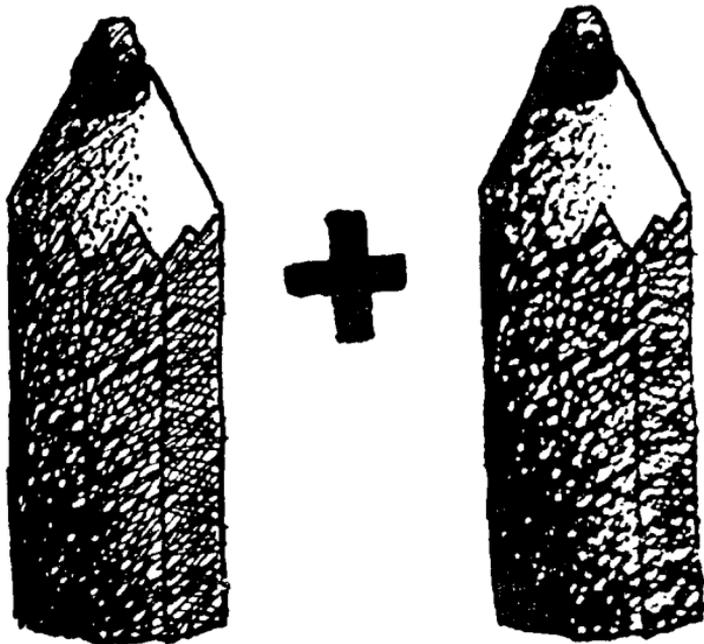
É simplesmente inacreditável que ainda estejam, neste fim de século, discutindo, inteiramente fora da realidade, antinomia entre escola pública e privada. Ora, o que interessa ao povo brasileiro, são escolas e escolas para todos, e de nível semelhante às melhores do mundo. Pouco importa se são públicas ou particulares, brasileiras ou estrangeiras, católicas ou budistas. O que importa, sim, é que tenham boa qualidade.

A Associação Brasileira de Educação, que tenho a honra de presidir, e que quer tornar a ser órgão de opinião em matéria de educação, mantém grande esperança de que o governo do professor Fernando Henrique Cardoso multiplique as escolas públicas e selecione as boas escolas particulares para dar a todas condições de prestar serviços de ensino de primeira qualidade, única maneira de possibilitar ao Brasil poder vir a competir com outras nações neste mundo cada vez mais globalizado.

Enquanto o Governo Federal clama "Acorda Brasil! É hora de Escola", e conclama a todos para o esforço imenso de educa-

ção do povo e para extinguir a defasagem da educação brasileira, o projeto de lei nº 828/94, oriundo da mensagem nº 255/94, do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, já aprovado pelas Comissões de Justiça e Redação de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura e de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, da agrégia Câmara dos Vereadores, estabelece que são "toleradas" as atividades de creche, ensino até o 1º grau e ensino não seriado nas zonas residenciais (exceto na ZE — 1) e estabelece muitas condições restritivas. Em primeiro lugar, a expressão "toleradas" sugere favor, concessão favorecida — por que não usar "permitidas"? Adiante condiciona a criação de escolas a audiência da vizinhança e a não causar incômodo à vizinhança e acrescenta "podendo ser impostas restrições relativas a horários de funcionamento".

No mundo moderno não existem regras impeditivas de funcionamento de escolas, em



qualquer local e a qualquer hora, e de construções de prédios próprios para instituições de educação, que podem, livremente, ser aprovadas em qualquer rua. Existem muitos casos de passagens elevadas para alunos, sobre a via pública, de um lado para outro de quadras, onde existam instalações dos dois lados.

Um grande educador — não me lembro se terá sido Anísio Teixeira — disse que a melhor escola era a mais perto da casa. Os usuários dessas escolas serão preferentemente os seus vizinhos e o que pode ser incômodo para um casal de "velhos ranzinzas" pode ser uma ótima solução para um jovem casal que tenha uma criança pequena. Um curso noturno pode ser uma necessidade para jovens dos arredores, que trabalham durante o dia e que estariam fugindo dos riscos de uma cidade violenta.

Há, portanto, razões sociais e interesses respeitáveis para atender a necessidade de criar escolas em zonas residenciais. Isto a própria mensagem do prefeito reconhece.

Surpreende o retrocesso que se está praticando no Rio de Janeiro, tornando quase impossível a implantação de novas escolas — públicas e particulares — e possibilitando a formação de um cartel formado pelos colégios, faculdades e até universidades, atualmente em funcionamento. Estas instituições poderão cobrar ágios na venda de suas licenças de funcionamento (alvarás), como se sabe, direito insuscetível de revogação pelo município. Outras, que funcionam de maneira não legalizada, podem até ser boas escolas e terão de ser fechadas imediatamente, ou continuarão à mercê de fiscais de tributos do município. Talvez a matéria possa ser objeto de um reestudo e esteja a merecer um substitutivo.

A mídia não trouxe à apreciação da sociedade o assunto, não lhe deu informação, nem importância e o projeto corre de gabinete para salas de comissões sem que a matéria seja discutida pelos interessados. E o interessado, no caso é o Brasil.

Presidente da ABE — Associação Brasileira de Educação, ex-subsecretária de Estado de Educação e ex-membro do Conselho Federal de Educação